



ANÁLISE DAS ESTRUTURAS CURRICULARES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO (IF GOIANO)

Dieferson da Costa Estrela¹, Guilherme Malafaia²

1. Discente do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano – Câmpus Urutaí e bolsista do PIBIC/CNPq (diefersonestrela@hotmail.com)
2. Professor do Departamento de Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano – Câmpus Urutaí e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Ciências Ambientais e Biológicas.Brasil.

Recebido em: 30/09/2013 – Aprovado em: 08/11/2013 – Publicado em: 01/12/2013

RESUMO

Os cursos de licenciatura têm sofrido modificações em sua concepção e estrutura desde seus primeiros modelos, como o "3 + 1". A reflexão constante acerca destes cursos precisa ter destaque, a fim de suprir a carência em número e qualidade de professores que persiste no Brasil. Nesse sentido, o presente estudo objetivou analisar as estruturas curriculares dos cursos de licenciatura do IF Goiano e verificar se as mesmas estão em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e documentos importantes que norteiam a formação docente no Brasil. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico/documental e elencados os documentos ligados à formação docente. Em seguida, foram levantados 7 Projetos Pedagógicos dos 9 cursos de licenciatura do IF Goiano e as estruturas curriculares dos cursos foram analisadas à luz das diretrizes curriculares nacionais dos respectivos cursos. Além disso, as disciplinas foram categorizadas em núcleos, a fim de analisar a distribuição de temáticas nos cursos. De um modo geral, os cursos são consonantes com os documentos base para as licenciaturas e áreas específicas, mas apenas o curso de Matemática do câmpus Urutaí está de acordo com todos os critérios utilizados. Quanto aos núcleos, os cursos se mostraram desequilibrados entre os conteúdos de educação e aqueles específicos aos cursos. Quanto a esse critério, o curso de Ciências Biológicas do câmpus Urutaí se apresentou com menor desequilíbrio. No entanto, quando comparados a cursos de outras instituições esse desequilíbrio é menor que o dos outros cursos. Este estudo desperta para a importância do olhar constante para os projetos pedagógicos dos cursos de formação docente, principalmente em instituições relativamente recentes e incipientes na formação de professores.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores, institutos federais, licenciaturas, disciplinas, núcleos pedagógicos.

ANALYSIS OF CURRICULUM STRUCTURES OF TEACHER'S TRAINING COURSES FROM INSTITUTO FEDERAL GOIANO

ABSTRACT

Teacher education programs have undergone changes in its design and structure from its early models such as the "3 + 1". The constant reflection about these courses need to highlight in order to address the shortage in number and quality of teachers persists in Brazil. In this direction, the present study aimed to analyze the structures

of the courses of the IF Goiano and verify that they are in line with national curriculum guidelines and important documents that guide teacher training in Brazil. Initially it was based on a literature/documents and listed the documents related to teacher training. Were then raised 7 Pedagogical Projects of 9 undergraduate programs of the IF Goiano and the structures of the courses were analyzed in the light of national curriculum guidelines of the respective courses. In addition, the subjects were categorized into themes in order to analyze the distribution of thematic courses. In general, the courses are in line with the basic documents for specific areas and degrees, but only the Mathematics course on IF Goiano – Câmpus Urutáí complies with all the criteria used. Regarding the core, the courses proved unbalanced between the content of education and those specific to the courses. Regarding this criterion, the Biological Sciences course on IF Goiano – Câmpus Urutáí performed with minor imbalance. However, when compared to other institutions courses this imbalance is smaller than that of the other courses. This study awakened to the importance of constantly looking for the pedagogical projects of teacher education, especially in relatively recent and incipient institutions in teacher education.

KEYWORDS: Teacher training, federal institutes, degrees, courses, pedagogical centers.

INTRODUÇÃO

No Brasil os cursos de licenciatura foram criados nas antigas faculdades de filosofia, na década de 1930, como consequência da preocupação com a regulamentação do preparo de docentes para a escola secundária. Tais cursos de licenciatura constituíram-se no modelo consagrado como “3 + 1”, em que as disciplinas de natureza pedagógica, cuja duração prevista era de um ano, justapunham-se às disciplinas de conteúdo específico, com duração de três anos (PEREIRA, 1999). Neste período o número de profissionais e escolas no país era pequeno, comparado à necessidade de fornecer ensino às diferentes classes da sociedade, assim, a tarefa de ensinar era exercida por profissionais liberais ou autodidatas (GATTI, 2010).

Essa demanda por professores para a educação básica se tornou ainda maior a partir da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que no Art. 62 estabelece que a formação de professores para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, sendo admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, nas quatro primeiras séries do ensino fundamental e no ensino médio.

Nesse sentido, a implementação das escolas destinadas ao preparo específico de professores para o exercício de suas funções está diretamente ligada à institucionalização da instrução pública no mundo moderno (TANURI, 2000). Contudo, devido à implantação voltada para o cumprimento de ordens públicas, algumas áreas de formação docente não receberam a abordagem necessária para suprir a carência existente, destacando-se a falta de professores da educação básica (que inclui o ensino infantil, fundamental e médio). Essa carência refere-se tanto à quantidade, ou seja, faltam professores para ocupar as vagas disponíveis, quanto em qualificação. Tem-se observado que muitos professores disponíveis não são formados para reger em determinadas áreas ou sua formação é de qualidade questionável. Esse problema foi revelado no relatório intitulado “Escassez de

professores no Ensino Médio, propostas estruturais e emergenciais”, de maio de 2007, produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem superar o déficit docente no ensino médio, particularmente nas áreas de Química, Física, Matemática e Biologia.

No ano seguinte à publicação deste relatório o governo federal instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e assim, se deu a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008b). Nesta lei foi estabelecido que no mínimo 20% dos cursos ofertados pelos IF's devem ser na modalidade licenciatura e, preferencialmente, nas áreas de ciências e matemática.

Este fato impôs a implantação de cursos de licenciatura nos IF's e resultou em um aumento no número de cursos de formação de professores no Brasil. No entanto, com a implantação desses cursos surgem os desafios e as dificuldades relacionadas à formação docente, principalmente porque questiona-se, se em alguns casos, a implantação de cursos que tem origem apenas na obrigatoriedade de cumprir o estabelecido em lei, é adequada e compatível com o caráter de fundamental importância que é a formação de professores.

No contexto dos IF's, são ofertadas diferentes modalidades de cursos de nível superior, como licenciatura, bacharelado e tecnologia. Frente a esta diversidade, estas instituições precisam ter cautela em se apropriar muitas vezes da dita “cultura universitária”, a qual se refere ao fato de que o meio universitário compartilha um conjunto de significados e comportamentos em relação ao próprio campo profissional, e alguns traços dessa cultura aparecem, como por exemplo, a prevalência dos discursos teóricos, a maior valorização da pesquisa do que da docência, a concepção de formação centrada na antecedência e hipertrofia da dimensão teórica em relação à prática, certa desvalorização das práticas profissionais e até a desvalorização das licenciaturas (PIMENTA & ALMEIDA, 2009 citados por ARANTES, 2013, p. 62). No meio formativo não deve haver a supervalorização de um em detrimento do outro, mas sim a diferenciação entre os tipos de formação, a fim de garantir os diferentes perfis e evitar que um interfira no outro (ARANTES, 2013).

Estudos como, por exemplo, os de LEITE (2012), têm mostrado que os IF's tinham um modelo muito focado na formação técnica, com uma infraestrutura mais voltada para a educação básica, e agora devem conceber a educação superior. Nesse sentido, a oferta de cursos de licenciatura, especialmente nessas instituições, é uma tarefa muito recente e desafiadora. Pode-se dizer que os IF's enfrentam o desafio de conceberem e implementarem propostas de formação de professores que contemplem conteúdos resultantes das indagações aos saberes necessários à ação docente, sendo ainda necessária a preocupação de não se construir cursos de licenciatura com perfis ocultos de bacharelado como relatado por PIMENTA & ALMEIDA (2009) citados por ARANTES (2013, p. 62).

As diversas questões relacionadas à formação dos futuros docentes nos IF's precisam ser refletidas, discutidas e traduzidas em práticas que favoreçam a educação brasileira, sobretudo, nessas instituições que possuem um perfil inovador, associado a grandes reformulações que as mesmas sofreram recentemente, além de possuir uma natureza que pode não ser voltada para as licenciaturas.

Nesse sentido, o presente trabalho objetivou analisar as estruturas curriculares dos cursos de licenciatura do Instituto Federal Goiano, avaliando se há concordância entre essas estruturas e os documentos que norteiam a criação de cursos de licenciatura do Brasil (Diretrizes Curriculares Nacionais para as

Licenciaturas, LBD, Política Nacional de Educação Ambiental, dentre outros). Em adição, buscou-se identificar as unidades curriculares e classificá-las em diferentes núcleos de formação.

MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico e documental a respeito da regulamentação, concepção, estruturação e diretrizes curriculares referentes à formação inicial de professores no Brasil. Para esse levantamento utilizou-se a rede mundial de computadores, por meio de diferentes portais de buscas. Foram analisados vários documentos envolvendo pareceres, resoluções e leis que dizem respeito à formação de professores para a educação básica, Diretrizes Curriculares Nacionais, ensino da língua brasileira de sinais (LIBRAS), relações étnico-raciais, dentre outras. A partir destes foram identificados os conteúdos pertinentes à estruturação curricular dos cursos de formação de professores para a educação básica (Licenciaturas) de modo geral e os conteúdos específicos de cada curso ofertado pelo Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Em seguida, foram eleitos os “documentos referência” para a avaliação das estruturas curriculares dos cursos (Quadro 1).

Após a escolha dos documentos “referência”, todos os coordenadores dos cursos de licenciatura do IF Goiano foram contatados e aos mesmos foi solicitado que disponibilizassem os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's). Atualmente o IF Goiano oferta nove cursos na modalidade licenciatura (Quadro 2), formando professores habilitados em Ciências Biológicas, Química e Matemática. Os coordenadores dos nove cursos ofertados foram contatados via e-mail e/ou telefone e todos responderam. No entanto, dois coordenadores não forneceram os PPC's, alegando que tais documentos estavam sendo construídos pelos seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE's). Sendo assim, foram disponibilizados sete PPC's para análise (Quadro 2). Ressalta-se que estes foram obtidos até a data limite de 20 de novembro de 2012, sendo, portanto, desconhecida qualquer alteração/atualização dos mesmos posterior a esta data.

QUADRO 1 - “Documentos Referência” para a análise das estruturas curriculares dos cursos de licenciatura ofertados no Instituto Federal Goiano e suas respectivas temáticas

Documentos	Temáticas
<ul style="list-style-type: none">• Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de Março de 2002 (BRASIL, 2002b)• Parecer CNE/CES nº 1.301, de 6 de novembro de 2001 (BRASIL, 2001a)	Diretrizes curriculares nacionais do curso licenciatura em Ciências Biológicas
<ul style="list-style-type: none">• Resolução CNE/CES nº 8, de 11 de Março de 2002 (BRASIL, 2002c)• Parecer CNE/CES 1.303 06 de novembro de 2001 (BRASIL, 2001c)	Diretrizes curriculares nacionais do curso licenciatura em Química
<ul style="list-style-type: none">• Resolução CNE/CES nº 3, de 18 de Fevereiro de 2003 (BRASIL, 2003)• Parecer CNE/CES 1.302, de 6 de novembro de 2001 (BRASIL, 2001b)	Diretrizes curriculares nacionais do curso licenciatura em Matemática

QUADRO 1 - Continuação

Documentos	Temáticas
<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008a) • Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de Junho de 2004 (BRASIL, 2004) 	Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena
<ul style="list-style-type: none"> • Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 (2002e) 	Carga horária mínima das licenciaturas e tempo de integralização
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005 (BRASIL, 2005) 	Disciplina de Libras
<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999 (BRASIL, 1999) • Decreto nº 4.281, de 25 de Junho de 2002 (BRASIL, 2002a) 	Políticas de educação ambiental
<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (BRASIL, 1999) 	Diretrizes e bases da educação nacional
<ul style="list-style-type: none"> • Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002d) 	Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica

QUADRO 2. Cursos de licenciatura ofertados pelo Instituto Federal Goiano, respectivos câmpus onde são ofertados e *status* de concessão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos

Curso	Câmpus	Status de Concessão do PPC
Licenciatura em Ciências Biológicas	Rio Verde	PPC concedido
Licenciatura em Química	Rio Verde	PPC concedido
Licenciatura em Ciências Biológicas	Urutáí	PPC concedido
Licenciatura em Química	Urutáí	PPC concedido
Licenciatura em Matemática	Urutáí	PPC concedido
Licenciatura em Ciências Biológicas	Ceres	PPC concedido
Licenciatura em Química	Ceres	PPC não concedido
Licenciatura em Química	Iporá	PPC não concedido
Licenciatura em Química	Morrinhos	PPC concedido

A partir da escolha dos “documentos referência” foram definidos quais os critérios seriam utilizados na análise das estruturas curriculares e os mesmos foram

propostos em forma de um roteiro para facilitar a avaliação. Além disso, as unidades curriculares (disciplinas) foram agrupadas em categorias, de forma a compreender como ocorre a divisão de áreas temáticas nos respectivos cursos. Para esta avaliação optou-se pela utilização da categorização proposta por BRIGNONI et al., (2009) e a inclusão de dois novos núcleos, núcleo “Básico” e “Optativo”.

Assim, foram utilizados seis núcleos com temáticas diferentes e a carga horária total dos mesmos foi transformada em percentual e estes comparados com outros cursos de universidades tradicionais. Para essa comparação um total de nove cursos de outras instituições foram categorizados nos referidos núcleos (três de cada área e três de cada instituição) e a média aritmética das áreas foi comparada aos cursos do IF Goiano. Os cursos analisados são todos da modalidade licenciatura e são ofertados pelas seguintes instituições: Universidade São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Universidade Federal de Goiás (UFG). Salienta-se que esta comparação visa relacionar se os cursos relativamente recentes do IF Goiano, mesmo com suas especificidades, possuem padrões semelhantes aos cursos ditos consolidados e com maior experiência. Sendo assim, esta comparação não faz juízo de valor, tampouco avalia se os cursos em análise são mais ou menos corretos, apenas representa o quanto são semelhantes ou diferentes aos cursos com maior experiência.

A seguir são descritos os conteúdos dos respectivos núcleos:

- **Núcleo específico:** inclui disciplinas de caráter específico. Compreende as abordagens teórica e experimental dos conceitos, princípios e aplicações de todas as áreas da disciplina em questão.
- **Núcleo complementar:** inclui disciplinas de caráter interdisciplinar. Abrange o conhecimento das ferramentas de caráter aplicativo, o uso das linguagens técnica e científica, os conhecimentos históricos e epistemológicos de outras áreas do conhecimento.
- **Núcleo didático-pedagógico:** é composto de disciplinas que fundamentam a atuação do licenciado como profissional da educação, abordando a didática e a prática de ensino.
- **Núcleo fundamentos da educação:** inclui disciplinas que trabalham os processos cognitivos da aprendizagem, a compreensão dos processos de organização do trabalho pedagógico nos conteúdos de sociologia, filosofia, psicologia, história, voltadas à educação, estrutura e funcionamento do ensino.
- **Núcleo básico:** é composto de disciplinas de caráter básico. São incluídas disciplinas que fornecem o suporte básico necessário ao desenvolvimento de outras temáticas. As disciplinas ditas básicas são Matemática, Química, Física e suas derivações.
- **Núcleo optativo:** inclui disciplinas que podem ser escolhidas pelos discentes, tendo, portanto, caráter opcional. Este núcleo contempla as disciplinas que são obrigatórias ao graduando, mas que não possuem um tema previamente definido, sendo, portanto, de opção de cada estudante a disciplina a ser cursada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's)

Observou-se que os cursos analisados se encontram, de modo geral, em conformidade com as DCN's para as licenciaturas e com as diretrizes específicas de

cada curso. No entanto, apenas 14,51% (n=1) possuem o PPC completamente de acordo com as DCN's (Matemática do Câmpus Urutai), os outros 85,7% (n=6) estão parcialmente de acordo, ou seja, algumas exigências não são encontradas nos PPC's, conforme apresentado no Quadro 3. Estes resultados de modo geral corroboram os resultados encontrados por ARANTES (2013) em estudo semelhante envolvendo a mesma instituição.

QUADRO 3. Resultados da análise dos PPC's com base nas “questões referência”

1. O PPC está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso?	Sim (%) 14,3	Não (%) -	Parcialmente 85,7
1.1. O PPC apresenta de forma explícita os seguintes itens?			Sim (%)
• O perfil dos egressos			100,0
• As competências e habilidades (gerais e específicas) a serem desenvolvidas no curso			100,0
• A estrutura do curso			
• Os conteúdos básicos e complementares e respectivos núcleos			100,0
• Os conteúdos definidos para a Educação Básica			85,7
• O formato dos estágios supervisionados			14,3
• As características das atividades complementares			28,6
• As formas de avaliação			85,7
2. O PPC contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena?	Sim (%) 42,9	Não (%) 57,1	
3. A Carga horária mínima, em horas para as Licenciaturas é seguida?			
• 400 h de prática como componente curricular vivenciadas ao longo do curso			100,0
• 400 h de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;			100,0
• 1800h de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;			100,0
• 200 h para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais;			100,0
• Redução de até 200 h de estágio curricular supervisionado para alunos que já exerçam atividade docente regular;			100,0
4. O tempo mínimo de 3 anos para integralização da carga horária é seguido?	100,0	-	
5. Oferece a disciplina de LIBRAS?	100,0	-	
6. O PPC contempla a políticas de educação ambiental?	100,0	-	

Quanto às questões étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena os cursos demonstram uma postura preocupante, conforme apresentado no Quadro 4. 57,14% (n=4) dos cursos não possuem nenhum momento para discussão das mesmas, não seguindo, portanto, o instituído pela Resolução CNE nº 01 de, 17 de Junho de 2004 (BRASIL, 2004) e pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008a). A abordagem dessas temáticas aumenta o entendimento do futuro professor sobre a história do país e do desenrolar dos fatos que meandraram o desenvolvimento da sociedade brasileira e dos povos que formaram ou contribuíram para a constituição da mesma.

As licenciaturas precisam adequar-se a esse tema não apenas pela diversidade de etnias e o grande fluxo de culturas que entram e saem do país, mas também pela relevância destes temas em tempo de reformulação de conceitos como a atual. É necessário que os professores estejam a frente de mudanças conceituais e culturais a respeito dos “povos do Brasil”, a fim de erradicar situações de preconceito e discriminação, além de outras também errôneas que advêm de pensamentos ultrapassados que continuam intrínsecos na sociedade.

Quanto às políticas de Educação Ambiental e ensino de LIBRAS todos os cursos estão em conformidade com as diretrizes pertinentes às mesmas, tendo em sua maioria ao menos uma disciplina voltada para a discussão de ambos os temas. Em alguns casos é citado que os temas também seriam discutidos em meio às disciplinas de caráter específico e em outras disciplinas diversas. Sendo assim, estão de acordo com a legislação, mas chama-se a atenção para a instrução presente no Decreto nº 4.281, de 25 de Junho de 2002 (BRASIL, 2002a) que orienta que o tema educação ambiental deve ser ofertado de modo interdisciplinar e estar presente em várias disciplinas do curso. Deste modo, os cursos que apresentam uma disciplina específica para a Educação Ambiental, precisam atender esta necessidade de integrar este tema aos demais temas dos cursos.

Ressalta-se que este estudo tem caráter documental e, portanto, não pode avaliar se esse modo interdisciplinar de discutir a Educação Ambiental vem sendo utilizado. Para isso, seria necessário um estudo que conhecesse detalhadamente o ementário dos cursos e relacionasse as disciplinas que teriam espaços para a discussão do tema com os documentos avaliativos da disciplina, a fim de conhecer se os conteúdos são realmente aplicados. Outra opção seria entrevistar os alunos ou avaliá-los por meio de questionários, com o intuito de verificar quais os momentos em que estes tiveram contato com a Educação Ambiental ao longo do curso.

Análise por unidades curriculares (disciplinas)

Nesta análise foram utilizadas sete matrizes curriculares dos cursos citados anteriormente e nove matrizes de outros cursos, estes elencados como referencial para comparação (mais detalhes vide seção “Material e métodos”). Para isso foram identificadas todas as unidades curriculares dos cursos, exceto as unidades “estágio curricular supervisionado”, “atividades acadêmico-científico-culturais” e “trabalho de conclusão de curso”.

Os cursos foram avaliados e comparados entre seus pares. Por exemplo, os cursos de Licenciatura em Química foram comparados com os outros cursos de Química da instituição e com a média dos cursos referenciais de Química e assim sucessivamente para os demais. Para cada tipo de curso foram analisados outros três cursos de universidades experientes e a média aritmética dos mesmos foi utilizada como comparativo.

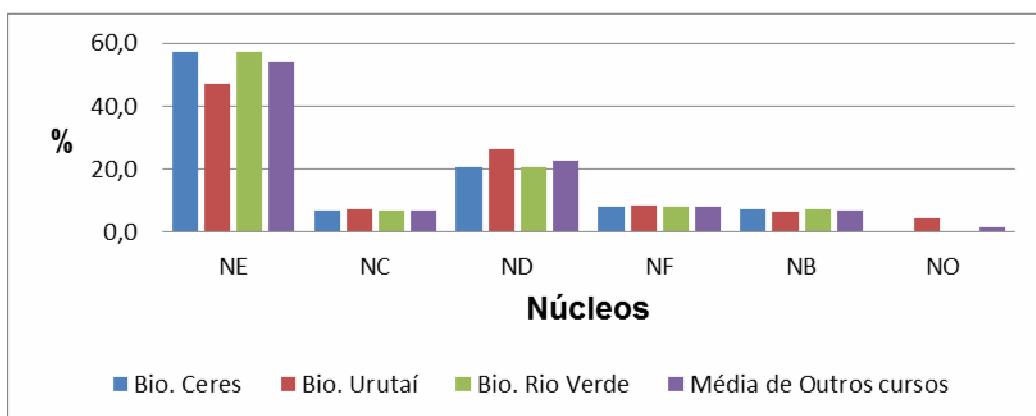


FIGURA 1. Percentuais dos núcleos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano, comparados às médias de cursos de outras instituições. Legenda: NE: núcleo específico; NC: núcleo complementar; ND: núcleo didático-pedagógico; NF: núcleo fundamentos da educação; NB: núcleo básico; NO: núcleo optativo.

A Figura 1 mostra o percentual dos núcleos identificados nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas. É possível perceber que apenas o curso do Câmpus Urutaí não possui mais de 50% da carga horária consumida pelo núcleo específico. Os demais cursos se apresentam mais desequilibrados entre os “conhecimentos específicos da área” e os “conhecimentos da área educacional”. Contudo, mesmo estando menos desequilibrado que os outros dois cursos, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do câmpus Urutaí também se encontra em desequilíbrio. Segundo GATTI (2010), os cursos de formação de professores precisam se manter em equilíbrio, especialmente entre os conteúdos da área educacional e os conteúdos específicos de cada curso. Este desequilíbrio confere às licenciaturas um perfil de bacharelado (GATTI, 2010). No entanto, quando comparados com a média dos 31 cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas analisados pela autora e ao referencial proposto por este trabalho, as cargas horárias referentes aos temas específicos dos cursos do IF Goiano são menores.

Esses dados mostram que embora os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano estejam em desequilíbrio e possuam ainda um espaço diferente do ideal para os temas da educação, os mesmos se encontram menos desequilibrados que a média do estudo de GATTI (2010) (o qual mostrou que os cursos apresentavam 65,3% da carga horária para temas específicos) e o referencial deste trabalho (53,7%). Sendo assim, os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano precisam investir mais esforços para alcançar condições de equilíbrio entre os conhecimentos específicos e aqueles inerentes à formação de professores.

O IF Goiano possui apenas um curso de Licenciatura em Matemática, oferecido pelo câmpus Urutaí. Para sua análise foram utilizados os mesmos critérios dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, com a distribuição das unidades curriculares em núcleos e a utilização da média de três cursos de outras instituições como referencial comparativo (Figura 2). A partir disso, as cargas horárias foram contabilizadas e comparadas entre si, mostrando também um desequilíbrio acentuado entre a carga horária de conhecimentos específicos da área e os conhecimentos da educação.

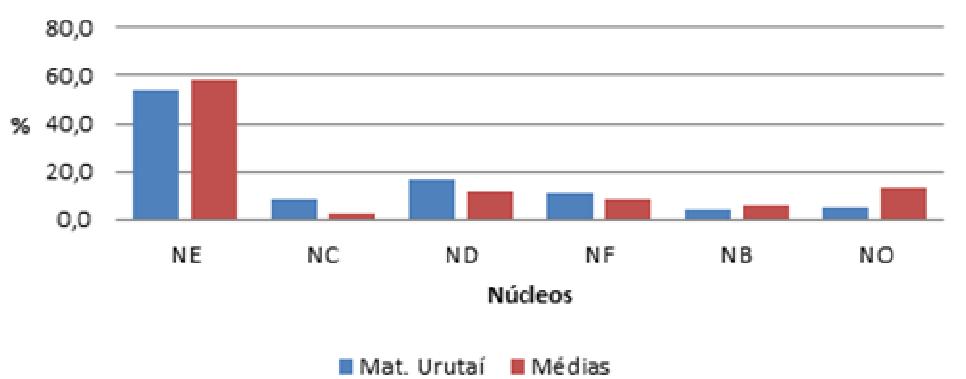


FIGURA 2. Percentuais dos núcleos do curso de Licenciatura em Matemática do IF Goiano, comparados às médias de cursos de outras instituições. Legenda: NE: núcleo específico; NC: núcleo complementar; ND: núcleo didático-pedagógico; NF: núcleo fundamentos da educação; NB: núcleo básico; NO: núcleo optativo.

GATTI (2010) apresenta este desequilíbrio conforme já discutido, como uma tendência ao bacharelado, ou seja, uma licenciatura que se assemelha mais ao bacharelado. Em sua análise de cursos a autora evidenciou em sua amostra que, os cursos de Licenciatura em Matemática apresentavam-se em menor desequilíbrio em relação aos outros cursos analisados (Letras e Ciências Biológicas).

Os resultados do presente estudo não corroboram as informações da autora. No curso de Licenciatura em Matemática analisado o desequilíbrio não difere dos outros cursos da instituição avaliados. ARANTES (2013) também encontrou um menor desequilíbrio entre os cursos do IF Goiano em seu estudo em relação ao curso de Licenciatura em Matemática. No entanto, acredita-se que essa variação também se deve ao fato de que os outros cursos analisados possuem um desequilíbrio menor que o de outras instituições e por isso a discrepância seja menor que o do estudo de GATTI (2010).

Por fim, para os cursos de Licenciatura em Química analisados os resultados demonstram um desequilíbrio relativamente menor e, consequentemente, uma tendência menor ao bacharelado, em relação aos demais cursos. Porém, destaca-se que o curso de Licenciatura em Química do câmpus Rio Verde apresenta um grande desequilíbrio e, assim, uma forte tendência ao perfil do bacharelado (Figura 3).

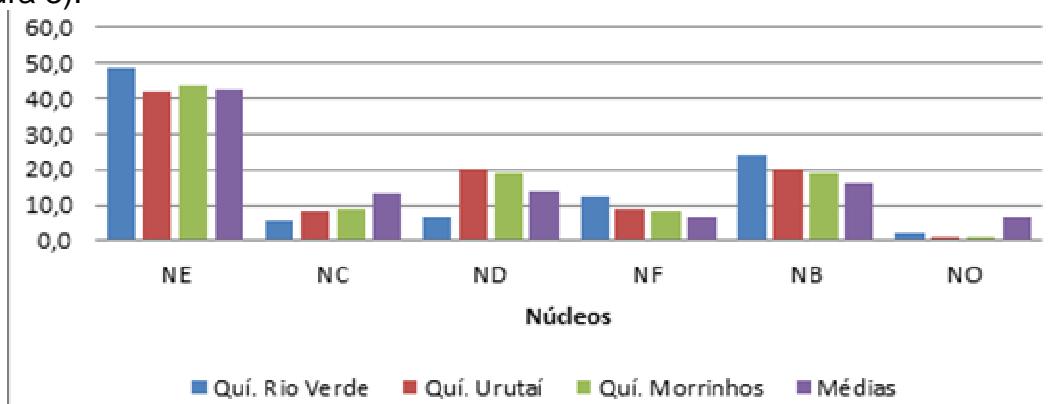


FIGURA 3. Percentuais dos núcleos dos cursos de Licenciatura em Química do IF Goiano, comparados às médias de cursos de outras instituições. Legenda: NE: núcleo específico; NC: núcleo complementar; ND: núcleo didático-pedagógico; NF: núcleo fundamentos da educação; NB: núcleo básico; NO: núcleo optativo.

Ao compará-los com os cursos de outras instituições nota-se as mesmas tendências dos outros cursos do IF Goiano, com desequilíbrios menores. Neste caso especificamente, a carga horária específica do curso não difere dos cursos de outras instituições, no entanto, a carga horária específica da educação (soma dos núcleos didático-pedagógico e fundamentos da educação) é maior nos cursos do IF Goiano, por isso o desequilíbrio é considerado menor.

Cabe ressaltar que a análise realizada no presente estudo é baseada apenas nas estruturas curriculares e pode não ser, necessariamente, condizente com o cotidiano prático do curso. GATTI (2010) e ARANTES (2013) apontam para discrepâncias entre os textos e propostas presentes nos PPC's e o executado nos cursos, aparentando assim que estes são documentos que podem não repercutir na realização dos cursos. Desse modo, faz-se necessária a realização de estudos que relacionem os documentos com a realização do curso, a fim de identificar a consonância ou dissonância dos mesmos e comprovar se os cursos do IF Goiano realmente apresentam desequilíbrio menor que os cursos de outras instituições ou se na verdade as propostas apresentadas nos PPCs são apenas ideologias não cumpridas.

CONCLUSÃO

De modo geral os cursos de Licenciatura do IF Goiano estão em consonância com as DCN's para as licenciaturas e para as áreas específicas de cada curso e, estão em conformidade com as políticas de educação ambiental e do ensino de LIBRAS. Contudo, apresentam uma forte dissonância com a legislação no que se refere às relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, temas estes que precisam ser trabalhados pelos cursos e de modo transversal, sendo assim discutidos em vários momentos dos cursos.

Quanto à análise por núcleos, os cursos apresentam distribuições que os dão a condição de desequilíbrio entre os conteúdos específicos da área e os específicos da educação, tendo uma carga horária maior para o primeiro. Isso dá aos cursos um perfil que tende ao bacharelado e distancia do ideal de formação de professores. Mas, quando são comparados com outros cursos de instituições distintas e trabalhos semelhantes com outros cursos, os desequilíbrios dos cursos do IF Goiano são menores que dos cursos comparados, o que mostra um avanço da instituição em busca do “ideal curricular” em relação a outras.

Por fim, é importante ressaltar que este trabalho tem caráter documental e, portanto, pode não retratar o que realmente acontece na prática. Sendo assim, são necessários estudos que vinculem o perfil e as condutas propostas nos PPC's e demais documentos dos cursos com a prática das mesmas no âmbito dos cursos aqui analisados, a fim de verificar a consonância também do proposto com o executado.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos coordenadores de curso pela disponibilização dos PPC's dos cursos avaliados e ao CNPq pela concessão da bolsa de iniciação científica ao primeiro autor.

REFERÊNCIAS

ARANTES, F. J. F. **Formação de professores nas licenciaturas do Instituto Federal Goiano**: políticas, currículos e docentes. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

BRIGNONI, C. P.; FRANCO, L. R.; PIRES, L. L. A. A Formação de professores nos Institutos Federais: uma análise das matrizes curriculares das Licenciaturas em Matemática. In: CONADE, 25. 2009, Jataí, **Anais do XXV CONADE**. Jataí, Ed. da UFG, 2009.

BRASIL, Casa Civil, **Decreto nº 5.626, de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 7 set. 2012.

BRASIL, Casa Civil, **Decreto nº 4.281, de 2002a**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 01 set. 2012.

BRASIL, Casa Civil, **Lei nº 11.645, de 2008a**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 25 ago. 2012.

BRASIL, Casa Civil, **Lei nº 11.892, de 2008b**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BRASIL, Casa Civil, **Lei nº 9.394, de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 5 ago. 2012.

BRASIL, Casa Civil, **Lei nº 9.795, de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 23 ago. 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, **Parecer CNE/CES 1.301 de 2001a**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1301.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, **Parecer CNE/CES 1.302 de 2001b**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES13022.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, **Parecer CNE/CES 1.303 de 2001c**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1303.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, **Resolução CNE/CES nº 3, de 2003**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces032003.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, **Resolução CNE/CES nº 7, de 2002b**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces07_02.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, **Resolução CNE/CES nº 8, de 2002c**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES08-2002.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, **Resolução CNE/CP nº 1, de 2002d**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, **Resolução CNE/CP nº 01 de 2004**. Disponível em: <<http://www.prograd.ufba.br/Arquivos/CPC/res012004.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, **Resolução CNE/CP nº 2, de 2002e**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em : 10 ago. 2012.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

LEITE, S. Q. M. Formação de professores nos Institutos Federais: situação emergencial nos cursos de licenciatura e pós-graduação em ensino de Ciências e Matemática. **Revista Ciências & Ideias**, v. 3, n. 2, p. 1-4, 2012.

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 68, p. 109-125, 1999.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, 2000.